

A aliança entre o pseudo humanismo e o terrorismo fundamentalista

A última manifestação do conflito entre Hamas e Israel forneceu uma nova ocasião para que os anti-sionistas utilizem novamente todo o seu arsenal de argumentos que, similarmente aos foguetes lançados pelo Hamas, nega o direito de um país à existência. Os ataques indiscriminados contra a população civil israelense se fundamentam em uma forma evidente de discriminação – trata-se de destruir um estado por ser judeu.

Apesar de todas as tentativas feitas por auto-proclamados humanistas para justificar essas agressões como respostas à ocupação israelense de territórios palestinos, bloqueio de fronteiras e outras alegadas formas de opressão, tanto os estatutos do Hamas como os da Organização de Libertação da Palestina (liderada pelo Fatah) são muito claros. O objetivo declarado desses grupos é destruir o Estado de Israel, seja por via militar (Hamas) seja pelo retorno dos “seis milhões de refugiados” (Fatah, OLP). (Observe-se que as dimensões de Israel são semelhantes às do menor estado brasileiro, o Sergipe, e que a população do país não chega a 8 milhões de habitantes).

Não se trata de mera retórica. Entre 1948, ano em que a ONU proclamou a partilha da então Palestina em dois estados, um árabe e um judeu, até 1967, quando ocorreu a guerra dos seis dias, não havia um único assentamento na Cisjordânia. Em 1948, no dia seguinte à proclamação da partilha, Israel foi invadido por cinco exércitos, cuja finalidade declarada era destruir o país e aniquilar a sua população. O mesmo objetivo foi proclamado pelo Egito, pela Síria e pela Jordânia em 1967. Entre os 19 anos que separam essas duas guerras Israel enfrentou campanhas terroristas incessantes.

O resultado da guerra dos seis dias deu a Israel o controle de Gaza e da Cisjordânia. Nas negociações que se seguiram à guerra, o Egito negou-se a aceitar de volta a faixa de Gaza e a Jordânia renunciou a retomar o controle da Cisjordânia, decisão oficializada em 1988. Israel viu-se com a responsabilidade de governar essas populações. A solução encontrada foi reconhecer a plena autonomia das lideranças locais, enquanto as forças armadas se ocupavam unicamente de questões de segurança.

Paradoxalmente, de 1967 até 1993, em que as negociações de Oslo deram à Organização de Libertação da Palestina o controle político da Cisjordânia e de Gaza, a respectiva população conheceu pela primeira vez um grau de autonomia inédito, conseqüente ao fim do domínio exercido pelas ditaduras egípcia e jordaniana. Houve concomitantemente um período de calma na relação entre Israel e a população árabe local. Os governos israelenses – de centro-esquerda ou centro-direita -- investiram na infraestrutura econômica (eletricidade, saneamento básico, água potável), o que se traduziu por um aumento exponencial da renda per capita, do produto nacional bruto, na diminuição dos índices de mortalidade infantil e no aumento da média de vida da população.

Arafat interrompeu esse processo, eliminando ou intimidando as lideranças locais e retomando as campanhas terroristas interrompidas. Em 2007 o Hamas substituiu o Fatah no controle da faixa de Gaza e os bombardeios com foguetes, já permitidos pelo Fatah, se intensificaram notavelmente. Em 2009 Israel bloqueou o acesso marítimo a Gaza para interromper o fluxo de armamentos utilizados para atacar o país. Em compensação, Israel fornece eletricidade, combustível, água, medicamentos, alimentos e insumos agrícolas à população local. Frequentemente o Hamas envia pessoas com doenças

graves para serem tratadas em hospitais israelenses (inclusive a neta do líder do Hamas, Ismail Haynihie).

Sob o domínio do Hamas, o movimento terrorista recebeu a maior parte do orçamento e, através dos túneis ligando Gaza ao Sinai, construiu um arsenal imenso de foguetes (de 2007 até 2014 já foram disparados mais de 12 mil) além de uma rede sofisticada de túneis que penetra em território israelense, e cuja finalidade é o assassinato e o sequestro,

(O custo de cada túnel, equipado com ventilação, telefonia e eletricidade, em média com um kilometro de extensão, é calculado em cerca de um milhão de dólares. Sabe-se que no respectivo processo de construção foram empregadas crianças, de maneira similar ao que aconteceu nas minas inglesas de carvão nos primórdios da revolução industrial, com a mesma alta taxa de mortalidade).

Israel se define como um estado judeu, o que não impede que 20% de sua população seja constituída por cidadãos israelenses árabes (muçulmanos e cristãos), que juntamente com outras minorias (drusos, beduínos, circassianos, assírios) gozam de todos os direitos auferidos pelos israelenses judeus.

Como sempre, as calúnias e distorções se valem de afirmações peremptórias que se consideram inquestionáveis. Entretanto, uma análise amparada unicamente em evidências revela que os respectivos argumentos se baseiam em: 1) inversão da relação entre causa e consequência; 2) omissão de informações relevantes para compreender tanto a origem como o estado atual do conflito; 3) descontextualização de fatos e citações; 4) distorção deliberada na descrição de acontecimentos e processos; 5) utilização do critério “dois pesos, duas medidas”.

A Israel é negado o direito de defesa, concedido a qualquer outro país. As verdadeiras tentativas de genocídio (Rwanda, Síria, Sudão), os verdadeiros massacres (Iraque, Iêmen, Líbia, Paquistão), os verdadeiros regimes opressivos (Irã, Arábia Saudita e demais regimes islâmicos), não motivam artigos em jornais nem manifestações de rua.

Em 2005 Israel retirou os 8 mil judeus que habitavam a faixa de Gaza (deixando intactos todos os pomares e demais instalações agrícolas para a população local) e renunciou ao controle militar da fronteira de Gaza com o Egito. As consequências foram o aumento considerável de armamentos entregues aos grupos terroristas de Gaza e os ataques às cidades israelenses.

O desejo israelense de retirar-se da maior parte da Cisjordânia é obstaculizado pelo exemplo de Gaza. As ditaduras do Oriente Médio fracassaram nas várias tentativas de destruir o país por via militar. A solução encontrada foi entregar as regiões fronteiriças a movimentos terroristas -- Hezbollah no norte, Hamas no sul, Fatah no leste.

A situação atual foi desencadeada pelo sequestro e assassinato de três estudantes israelenses por militantes do Hamas pertencentes a uma célula localizada no território governado pela Autoridade Palestina. A sequencia de acontecimentos -- inclusive o assassinato brutal de um jovem palestino por terroristas judeus que foram identificados, presos, indiciados e serão julgados por assassinato e racismo -- resultou na busca dos

terroristas do Hamas, a prisão de vários membros desse movimento e na reação de Gaza – até agora, mais de 2 mil foguetes disparados contra todas as cidades israelenses.

O Hamas é responsável por dois crimes de guerra. Ataca a população civil israelense e obriga a população civil de Gaza a servir como escudo. Visa matar o maior número possível de civis, de ambos os lados da fronteira.

O número relativamente baixo de baixas israelenses deve-se aos abrigos contra foguetes, obrigatórios nas residências e no espaço urbano, às sirenes de advertência, que dão 15 segundos para que as pessoas busquem proteção, e a um sistema de interceptação conhecido como Iron Dome (Cúpula de Ferro).

O exército israelense tem avisado a população civil de Gaza para retirar-se das regiões a serem atacadas, por meio de telefonemas, e-mails e panfletos. O bombardeio de residências, hospitais, mercados, escolas, mesquitas e instalações da ONU deve-se a que a entrada de túneis, os estoques de armamentos, as plataformas de disparo de foguetes e os centros de comando do Hamas foram instalados precisamente nesses locais.

Além de avisar os civis palestinos, Israel construiu um hospital de emergência na fronteira com Gaza, para tratar civis atingidos por esses bombardeios. Tanto as advertências – que privam o exército israelense do fator surpresa – como o tratamento médico de civis involuntariamente feridos constituem medidas inéditas em qualquer conflito militar.

Todos esses fatos são amplamente conhecidos, por mais que os militantes anti-sionistas procurem escondê-los. Na guerra midiática contra Israel, os auto-proclamados humanistas procuram condicionar pavlovianamente as pessoas que preferem consumir notícias a analisar as causas da beligerância.

O que terá levado a esquerda (ou pseudo esquerda?) a essa aliança com o fundamentalismo mais retrógrado, que oprime minorias étnicas, religiosas, de gênero e de orientação sexual?

O partido nacional socialista atribuiu aos judeus a derrota da Alemanha na primeira guerra mundial. Não é improvável que a derrocada da União Soviética e a degradação dos regimes auto-intitulados socialistas tenha motivado a (pseudo?) esquerda a buscar um bode expiatório, na esteira da estratégia que Goebbels representou tão bem. Há muitos indícios de que Israel *ocupa* atualmente, no imaginário da (pseudo?) esquerda, o mesmo lugar atribuído aos judeus pela direita durante os anos que antecederam a segunda guerra mundial.

Franklin Goldgrub, professor da FaCHS